

Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia

Angelo Serpa

Universidade Federal da Bahia

p. 487– 495

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 18, nº 3 (2014)

ISSN 2179-0892

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538>

Como citar:

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia

Resumo

Com base em *A presença e a ausência*, livro seminal de Henri Lefebvre sobre o tema, este artigo procura explicitar uma teoria e um conceito de representação capazes de fundamentar uma abordagem cultural e multidimensional da geografia articulando os campos da dialética e da fenomenologia. Essa articulação se justifica como uma necessidade de método para a compreensão dos processos de produção do espaço na contemporaneidade, como fundamento para uma geografia dos espaços vividos.

Palavras-chave: Representações. Teoria das representações. Henri Lefebvre. Abordagem cultural. Geografia.

Theory of the representations in Henri Lefebvre: for a cultural and multidimensional boarding in geography

Abstract

This article looks for to clear one theory of representations in Henri Lefebvre's work, taking his seminal book on the thematic: *The presence and the absence* as support. It is aimed to clear one theory and one concept of representation that can support one cultural and multidimensional boarding for Geography, with the articulation of the fields of dialectic and phenomenology. The articulation between phenomenology and dialectic is justified in this context as a method necessity for understanding the processes of production of the space in the contemporary times, as basis for a Geography of the Lived Spaces.

Keywords: Representations. Theory of Representations. Henri Lefebvre. Cultural boarding. Geography.

Introdução

Pretende-se aqui enfatizar os pressupostos e as premissas do conceito de representação elaborado por Henri Lefebvre, buscando-se resgatar suas contribuições a nosso ver fundamentais para a construção de uma abordagem cultural em geografia, uma abordagem que aproxime as dimensões política, econômica e social na produção do conhecimento geográfico.

Considera-se esse resgate importante para a articulação de uma abordagem cultural e social em geografia, já que as geografias “cultural e social confundem-se forçosamente”, já que não se pode analisar a sociedade sem seus atributos culturais nem os atributos culturais desvinculados da sociedade que os produz (Broek, 1967, p. 39). Isso implica em uma teoria e em um conceito de representação que busquem explicitar os conflitos e contradições em jogo na produção do espaço na contemporaneidade, inclusive articulando análises de cunho fenomenológico e dialético em nossas pesquisas.

Concorda-se aqui, como ponto de partida, com Schmid (2012), que evidencia três aspectos negligenciados até o momento na análise da obra de Lefebvre, aspectos considerados por ele como cruciais para a compreensão da teoria lefebvrea de “produção do espaço”:

Primeiro, um conceito específico de dialética que pode ser considerado como sua contribuição original. [...] Lefebvre desenvolveu uma versão da dialética que foi, em todos os sentidos, original e independente. Ela não é binária, mas triádica, baseada no trio Hegel, Marx e Nietzsche. Isso não tem sido apreendido corretamente até o momento e tem levado a consideráveis mal-entendidos. O segundo fator determinante é a teoria da linguagem. O fato de que Lefebvre desenvolveu uma teoria própria da linguagem [...] baseada em Nietzsche foi muito raramente considerado na recepção e interpretação de seus trabalhos, não obstante a virada linguística. Foi aqui que ele também, pela primeira vez, realizou e aplicou sua dialética triádica concretamente. O terceiro elemento [...] é a fenomenologia francesa. Enquanto que a influência de Heidegger nos trabalhos de Lefebvre já foi discutida detalhadamente [...], a contribuição dos fenomenólogos franceses Maurice Merleau-Ponty e Gaston Bachelard, na maioria das vezes, não recebeu a devida consideração. Esses três aspectos negligenciados poderiam contribuir decisivamente para um melhor entendimento dos trabalhos de Lefebvre e para uma apreciação mais completa de sua importante e inovadora teoria da produção do espaço (Schmid, 2012, p. 90).

O conceito de representação no pensamento filosófico

Em *A presença e a ausência*, Henri Lefebvre (2006) busca elucidar a história do conceito de representação no pensamento filosófico, apresentando-o como um “conceito guarda-chuva” e buscando também desfazer a confusão entre representação e ideologia presente na obra de Karl Marx. Se, por um lado, enfatiza que representação não é necessariamente ideologia, por outro, afirma que é impossível a vida sem representação, que as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. É justamente quando o vivido é substituído pelo concebido que a representação se torna ideologia.

Com base em autores como Nietzsche, Baudelaire e Otávio Paz, Lefebvre quer demonstrar também um momento de cisão na história da filosofia, apontando, além disso, os limites da teoria marxista. O conceito de sociedade urbana, desenvolvido em outras de suas obras é, por exemplo, um conceito de inspiração nietzschiana, que marca uma diferença de concepção em relação não só a Marx, mas também a Hegel. A sociedade urbana se constitui como um objeto virtual, misto de ausência e presença, uma práxis aberta: “O urbano (abreviação de ‘sociedade urbana’) define-se [...] não como realidade acabada, situada em relação à realidade atual [...] mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (Lefebvre, 2004, p. 28). Como consequência, o livro *A presença e a ausência* faz pensar em como dominar o conceito de representação, ou melhor, com quais representações trabalhamos na produção do conhecimento e, em específico, do conhecimento geográfico.

Através da história do pensamento filosófico, Lefebvre quer demonstrar também como os filósofos buscaram decodificar e superar as representações anteriores a eles e como “verdades” devem ser sempre contextualizadas espacial e temporalmente. Na história da filosofia, natureza e pensamento estavam confusamente imbricadas antes de Descartes, mas a quantificação e a lógica matemática/geométrica vão posteriormente reduzir a experiência e a vivência ao pensamento e à reflexão. O concebido ganha vantagem sobre o vivido e supera (ou supõe superar) a separação homem-natureza: “se pode dizer que Descartes construiu o marco geral do Logos europeu, as principais representações da natureza e da sociedade” (Lefebvre, 2006, p. 151).

Com Spinoza, natureza e pensamento são um só, e a razão não pode superar a emoção. “Para transcender o representado, Spinoza procede por identificação” (Lefebvre, 2006, p. 151), “a natureza e o corpo se integram no divino” (p. 152). Ele estuda os afetos e as diferentes modalidades da presença, as representações que motivam as paixões, admitindo a “imperfeição da natureza humana, que sofre afetos e paixões, que admite representações”, mas aqui a “imperfeição humana” é superada pela filosofia, restabelece-se um absoluto, incluindo o empírico, e a abolição dos afetos continua sendo um ideal. Ou seja: Spinoza quer purificar o espírito das representações, por uma evacuação da vivência e da experiência. No entanto, sem vivência/experiência, reina a ausência e o concebido.

Já o romantismo (Goethe, Rousseau) “quer transcender as representações através da intuição, da captação imediata e direta” (Lefebvre, 2006, p. 156). Com Rousseau é a desforra da vivência, a exaltação e a criação de uma gama de representações da “natureza”, “destinadas a transformar-se em ideologia”. Para Lefebvre (p. 155), “encontramos na obra de Rousseau o léxico das representações triviais e populares de seu tempo (o natural e o artificial, os bons e os maus, os pequenos e os grandes, os bons tempos etc.)”. A vivência e a experiência retomam a palavra com o romantismo e com a poesia. O poeta (Hölderlin) capta a natureza e a vida!

Em *A presença e a ausência*, Lefebvre credita a Schelling forte influência no pensamento moderno, já que ele desenvolve uma filosofia da presença e da representação, introduz a noção de inconsciente, reabilita a vivência, o feminino e o imaginário, aponta os limites da ciência diante da arte (ou a limitação da ciência pela arte) e declara a primazia da natureza (material) no campo filosófico: “a natureza, que se manifesta imediatamente nos corpos e nos sentidos funda a presença, incluindo a poderosa presença dos mitos, imagens e símbolos [...] contra o racionalismo árido, junto com a vivência e a feminilidade” (Lefebvre, 2006, p. 158).

Já Hegel, segundo ele próprio, supera a identidade absoluta colocada por Schelling do lado do objeto (natureza) e por Fichte do lado do sujeito (Ego), “alcançando a verdadeira identidade do sujeito e do objeto na ideia, ao mesmo tempo sujeito (pensante) e objeto (pensamento), que prossegue determinando o conceito” (Lefebvre, 2006, p. 159). E Schopenhauer vai apresentar a face dupla do mundo: “a face noturna e subterrânea, o inconsciente, o impulso obscuro e violento, a vitalidade desaforada, [assim como] a face clara e a representação, a consciência de si” (p. 160). Ele não desaprova essa dualidade, ao contrário, a considera constitutiva: “manifestação e produto do querer viver, a representação constitui o sensível, o visível, o perceptível” (p. 160).

Lefebvre vê Marx e Nietzsche como “pontos fora da curva” na chamada filosofia tradicional: o primeiro descobre a gênese das representações, o segundo a genealogia dos filósofos. Enquanto Marx propõe uma gênese e uma genética das representações que as “destruam dialeticamente”, Nietzsche ataca a moral, para transgredir o vivido sem transcender o concebido, sua teoria segue o nascimento das representações como abstrações, que “nascem como linguagem em lugares definidos, por figuras, metáforas e por metonímias” entrando na constituição das sociedades (Lefebvre, 2006, p. 163): “a poesia de Nietzsche só pode ser compreendida como busca da presença através das ausências do mundo, presença que nasce não das palavras, senão da identidade vivida entre a recordação [memória] e as percepções [...] entre a diferença e a identidade separadas no concebido” (p. 162).

Embrenhando-se pela história do pensamento filosófico, Lefebvre propõe que se considere a filosofia não como uma “fenomenologia da verdade”, mas como uma “fenomenologia das representações”, o que poderia revelar um “mundo do avesso”, sem reduzir *a priori* “as filosofias a ideologias definidas por sua origem social [classes dominantes] ou histórica” (Lefebvre, 2006, p. 170), considerando-se cada filosofia e cada filósofo não como uma porta de entrada para a verdade, mas como uma forma de acesso ao mundo das representações. Isso também permitiria compreender melhor como se desmembraram e fragmentaram os sistemas, como se constituíram novos sistemas a partir destes fragmentos, relacionados com termos privilegiados (palavras-chave), incluindo-se aí a linguagem corrente e o discurso cotidiano, inclusive a prática social e política (Lefebvre, 2006, p. 171-172).

As representações não filosóficas

Uma fenomenologia das representações incluiria também as representações não filosóficas. Acercando-se desse outro conjunto de representações, Lefebvre (2006, p. 182) se pergunta como alcançar a vivência, a experiência, como conhecê-las sem reduzi-las a um saber, seja consciente ou inconsciente. Para ele, essa resposta estaria no intervalo entre a primeira e a segunda naturezas, uma “realidade singular” e mais verdadeira que as representações, a arte: “A arte que repudia a imitação” e o artista “que produz ou cria”, ao invés de imitar, uma segunda natureza (Lefebvre, 2006, p. 184). Essa reflexão embasa o conceito lefebvreano de “obra”, não necessariamente restrito às obras de arte: as “obras” definiriam uma presença na ausência, embora se trate sempre aqui de “conteúdos deslocados, subordinados a uma forma” (p. 185). Voltaremos a esse tema na próxima seção.

Caminhando neste novo terreno, chega-se ao desejo e ao amor, já que o desejo é o que embasa a obra e o amor pode ser considerado obra, do mesmo modo que uma composição musical ou plástica. Porém aqui um primeiro paradoxo: Fundamentalmente, o desejo não se representa! (Lefebvre, 2006, p.191). Vive-se uma catástrofe silenciosa no mundo ocidental contemporâneo: a destruição de referências que libera as representações de qualquer controle racional e que permite sua manipulação explícita pelas instituições e poderes públicos (p. 193). Todas as potências e capacidades sociais tendem a tornar-se autônomas: o econômico, o político, a arte, a ciência etc. (p. 194). Dois campos de investigação, dialeticamente relacionados, se colocam sob essa perspectiva: o trabalho e a castração simbólica/a alienação. Lefebvre incita ao confronto entre a história do trabalho e dos trabalhadores e aquela da repressão sexual, da expropriação do corpo, de sua subordinação à falta e às representações que preencheriam essa falta: a vontade de Deus, o sacrifício e a abnegação, o patriotismo, o trabalho como liberdade etc. (p. 196). Em suma: o trabalho produtivo exigiu a redução da prática sexual ao sentido da reprodução e isso se obteve a partir da castração simbólica pela moral (p. 197).

Sob essa ótica, a organização da vida cotidiana representaria uma organização e uma disciplina da ausência, de tal modo que o “político”, com suas representações e implicações, parece ser a única presença, quando é, em realidade, nada mais que simulação, ausência suprema. Uma ausência sem esperança de presença, remissão perpétua a “outra coisa”, fim de todas as referências (Lefebvre, 2006, p. 205). Por outro lado, a produção imoderada de significações vai engendrar uma crise dos sentidos, que fez da palavra e da significação um absoluto, “ou melhor, um simulacro de absoluto sem sentido” (p. 207). No entanto, “não se pode dizer em geral e abstratamente que a representação prejudique a prática: se superpõe a ela, interpretando-a, se inserindo nela. O que é indubitável é que degenera ou desvia – se desvia – quando obstrui a prática e muito mais quando a paralisa ou a torna ineficaz” (p. 221-22).

É isso que vai caracterizar o cotidiano como um cotidiano “programado pela convergência de representações”, definido pela publicidade, pelas necessidades suscitadas, pelos chamados modelos “culturais” que se incorporam a ele (Lefebvre, 2006, p. 223). A vivência e a experiência, atacadas de todas as formas, se defendem pela revolta, pela espontaneidade bruta, pela violência contra a agressão permanente e cotidiana. Segundo Lefebvre, a análise dialética deste movimento revela um terceiro termo: o percebido, mediação entre o concebido e o vivido, através do qual se captam algumas presenças, se sentem as ausências, pululam as representações (p. 225).

A obra

No penúltimo capítulo de *A presença e a ausência*, Lefebvre (2006, p. 238) lança uma proposta de “teoria da obra”, mas ressalva que não se trata aqui de uma estética normativa e pedagógica, mas sim de elucidar uma “prática criadora e não somente produtiva”, que nos levaria a descobrir “relações de criação que não coincidem com as representações econômicas e/ou políticas”, assim como outros tipos de contradições que não aquelas inerentes às relações de propriedade, de produção, de reprodução e dominação. A “obra” ganha aqui um sentido de mediação para além da representação, já que nenhuma obra – incluindo a obra de arte – se pode realizar sem reunir todos os elementos e momentos, sem constituir uma totalidade, superando a fragmentação e as representações parciais e ideológicas (p. 244).

As capacidades, obras em potência, deixam de ser criadoras quando se tornam autônomas, já que aquilo que é só econômico, só tecnológico, só lúdico, cotidiano etc. não pode superar as representações parciais, se tornando produto apartado da obra: “a obra implica no jogo e no que está em jogo mas é algo mais e outra coisa que a soma desses elementos [...] Propõe uma forma que tem um conteúdo multiforme – sensorial, sensual e intelectual” (Lefebvre, 2006, p. 244). Assim, e só assim, se pode falar em obra: partindo da vivência/da experiência. Como método, deve-se procurar fazer emergirem a vivência e a experiência, assimilando o mais possível de saber no trajeto, no qual se experimenta as múltiplas contradições (p. 246-7). Estamos aqui diante da possibilidade de um saber criativo e criador, inspirado no artista e na obra de arte, reconhecendo-se que a arte e a criação também nascem e se desenvolvem no terreno das representações, mas não permanecem nelas limitando-se a dizê-las ou a acentuá-las: “a criação atravessa as mediações e representações, não para destruí-las, mas para integrá-las, negando-as dialeticamente” (p. 247-8). A obra reuniria, pois, o que de outra parte se dispersa (p. 253). É o caminho para o retorno ao imediato e ao gozo: difere do produto porque este pode ser intercambiado, pode circular e remeter a outra coisa: a outro produto ou ao dinheiro que ele vale (p. 255). A questão aqui é superar a produção de um saber que trata a obra como produto (p. 260).

Lefebvre ressalta que manter simultaneamente as duas faces da “obra”, a presença e a ausência, foi o que caracterizou o poder dos grandes artistas (Lefebvre, 2006, p. 261). Assim, o ato criador perpassa o mundo das representações e as supera (p. 263). É a inerência do todo a cada parte e de cada parte ao todo o que determina a obra e assegura sua simultaneidade. A cidade vista como obra, uma formulação lefebvreana, baseia-se justamente nesta noção de simultaneidade, a cidade entendida como “obra das obras”, já que não há cidade que não se apresente como simultaneidade (p. 261). Mas o conceito de obra vai além da cidade, é um país, um continente, um campo novo para a produção de um saber que se baseie na simultaneidade, no encontro, na superação das fragmentações e das representações ideológicas, já que a obra proporciona sempre uma utopia, sempre projeta uma realização e uma plenitude (uma totalidade!) (p. 265-6). Daí suas formulações sobre a arquitetura, sobre a produção do espaço urbano:

Cada agente da produção do espaço tem suas representações: o promotor, o banqueiro, o comerciante, o proprietário de um terreno etc. Inclusive o “usuário”. Cada membro de um grupo capaz de intervir ou de formular existências [...] também tem suas representações do espaço, do habitat, da circulação etc. [...] Se o arquiteto se deixa enganar por estas ou aquelas “imagens” ou representações, coações invisíveis, perde também sua “vocaçao”. Não deveria reuni-las, para confrontá-las e superá-las na obra? Não teria aqui sua oportunidade de construir um lugar de presenças em um espaço de ausências? (Lefebvre, 2006, p. 272).

Dialética e fenomenologia: entre presenças e ausências

A dialética multifacetada e triádica de Lefebvre se constrói também sobre o pensamento hegeliano, mas busca superar sua concepção idealista, já que acredita que a dialética de Hegel não se aplicaria à realidade concreta, pois baseia-se em um “devir fechado”, permitindo a dominação da prática social e impedindo a liberação do homem (Schmid, 2012, p. 93):

Assim, Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social. A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, linguagem e palavra escrita, compreendidos por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão ou constrangimento. O terceiro momento envolve poesia e desejo como formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte. Lefebvre, porém, não para nessa supressão em transcendência e poesia. Desta maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são dialeticamente interconectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche) (Schmid, 2012, p. 94).

Em *A presença e a ausência* essa figura tridimensional se revela todo o tempo, como um esforço para superar o par representante-representado, através da introdução de um terceiro termo: a representação, fio condutor de sua análise (Lefebvre, 2006, p. 281). “O terceiro termo aqui é o outro, com tudo que esse termo implica [alteridade, relação com o outro presente-ausente]” (p. 282). Nesse contexto, a presença sempre se realizaria por meio de uma forma, mas, tomada separadamente, essa forma é oca, portanto, ausência. Em contraponto, o conteúdo tomado separadamente é informe, portanto ausente: “Forma e conteúdo separados são fugas da presença. Esta supõe e implica um ato: o ato poético” (p. 282). A presença desenvolve as representações mas busca sempre superá-las em ato, em situação. Presença e ausência são unidade e contradição, supõem uma relação como movimento dialético: não há presença absoluta, nem ausência absoluta (p. 283). Contudo, quando a presença se perde na representação surge a alienação (p. 285) e o concebido prevalece sobre o vivido.

As representações dissimulam tanto a presença como a ausência e o espaço se define como jogo de ausências e presenças, “representadas pela alternância de sombras e de claridades, do luminoso e do noturno”. Nesse sentido, a ausência, como momento, não tem nada de patológico, ao contrário, suscita, incita: o patológico provém da retenção do movimento dialético, da fixação da ausência no vazio (Lefebvre, 2006, p. 289). A presença só se realiza em situação, mas não podemos afirmar que não há situação sem presença, já que, com efeito, a distância, a separação, o alijamento e o silêncio também definem situações. O conceito de situação aqui, portanto, remete ao plano das representações, vistas “não só como resultados da separação, mas também como agentes dessa dissociação e como confrontação, reunindo as tendências que provêm da tríplice raiz do desejo”: sentir, saber e dominar (p. 295).

O conceito de situação explicitado em *A presença e a ausência* revela também as influências de base fenomenológica na teoria das representações e da produção do espaço de Lefebvre, em especial da fenomenologia descritiva de Merleau-Ponty, mas também das reflexões de Heidegger, Bachelard e Sartre, permitindo a Lefebvre a articulação dos conceitos de espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido, a partir de noções caras à fenomenologia: percepção, corporeidade, viver, morar, imaginar, embora Lefebvre critique a abordagem fenomenológica em algumas de suas obras, como explicitado por Schmid (2012, p. 107):

em sua opinião, é uma abordagem que ainda é muito fortemente influenciada pela separação do sujeito e do objeto de Descartes. Dessa forma, ele critica Husserl, o fundador da fenomenologia, tanto quanto o seu aluno Merleau-Ponty, acima de tudo porque eles ainda fazem da subjetividade do ego o ponto central da sua teoria e assim não são capazes de superar seu idealismo [...]. A proposta de Lefebvre é, assim dizendo, a de uma fenomenologia materialista – um projeto que Merleau-Ponty também perseguiu, mas que nunca conseguiu completar.

Ainda assim, a premissa de que a consciência dos sujeitos deve revelá-los em ato, em situação, parece ser legitimada e assumida por Lefebvre em suas obras, o que remete sem dúvida à fenomenologia, já que “é apenas sob essa condição que a subjetividade transcendental poderá [...] ser uma intersubjetividade” (Merleau-Ponty, 2006, p. 9). Essa noção de intersubjetividade não exclui nem o conflito, nem a contradição, ao contrário, os revela em ato, em interação, já que a “causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade. Estudar um fato, querer conhecê-lo, é – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações” (Lefebvre, 1983, p. 199).

O conceito de representação vai permear também as reflexões de Lefebvre sobre os espaços de representação e as representações de espaço, através de uma análise crítica que coloca a representação como substituto da presença na ausência, originando uma confusão entre presença e representação. Por um processo que ocorre na consciência (individual e social), a presença parece “irreal”, indefinida; em contrapartida, seu substituto, o mundo das representações, parece real (Lefebvre, 2006, p. 299-300).

Desse modo, uma teoria sobre a alienação toma corpo, se amplia e modifica, tendendo para uma prática de desalienação e uma crítica das representações. A análise crítica da alienação se transforma assim em exigência de projetos práticos de desalienação, incluindo um modo de produção diferente, outra maneira de viver, aprofundando as diferenças contra as potências homogeneizantes: o saber, a técnica, a mercadoria, o Estado etc. Explicita-se assim também a necessidade de um processo de desalienação da sociedade como utopia última, transformando a consciência e a vida, deixando de subordinar a experiência e a vivência ao saber, a ação criadora prevalecendo sobre a ação produtora, o cotidiano sobre a tecnologia, a qualidade sobre a quantidade etc. (Lefebvre, 2006, p. 302-303).

E é claro que uma teoria e um projeto assim requerem a construção de um método que busque articular uma abordagem social e cultural para a geografia, abrindo a possibilidade de uma geografia humana dos espaços vividos (Serpa, 2013), método aqui compreendido como o(s) caminho(s) epistemológico(s) que possa(m) dar conta da complexidade dos processos socioespaciais em curso na contemporaneidade. A articulação entre fenomenologia e dialética justifica-se neste contexto como uma necessidade de método para a compreensão dos processos de produção do espaço, procurando-se explicitar o caráter intersubjetivo, intencional e contraditório destes processos, através de uma abordagem geográfica focada nas práticas espaciais, nos espaços de representação e nas representações do espaço (Lefebvre, 2000).

Recolocar as representações da sociedade em movimento, restabelecendo a dialética entre forma e conteúdo: eis o nosso desafio. Observar e seguir o rastro das cristalizações morfológicas, perscrutando seus conteúdos que vão dar substância às paisagens e aos lugares do mundo contemporâneo, indo além das análises estritamente econômicas (por vezes economicistas) sem abandonar uma perspectiva concreta de análise e reflexão sobre o mundo. Isso significa também superar o ideal real aparente de que fala a professora Amélia Damiani,¹ dando concretude a uma perspectiva a um só tempo dialética e fenomenológica para revelar uma práxis material imersa na história e na vida social, restabelecendo a dialética entre atividade e passividade, entre movimento e repouso, entre interiorização e exteriorização, entre aparência e essência (Sartre, 2005).

Referências

- BROEK, J. O. M. *Iniciação ao estudo da geografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México. Fundo de Cultura Econômica, 2006.
- _____. *A revolução urbana*. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- _____. *La production de l'espace*. 4ème ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *Lógica formal e lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SARTRE, J.-P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *Geosp*, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.
- SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *Geosp*, São Paulo, v. 33, p. 168-185, 2013.

1 Informação fornecida por Amélia Damiani, em mesa redonda do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2013.